12 de dezembro de 2013

Anuários Estatísticos Regionais
2012

Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal

O INE divulga os Anuários Estatísticos Regionais, publicação de referência na divulgação de informação estatística à escala regional e municipal de apoio à leitura de trajetórias regionais de desenvolvimento e ao estudo de problemáticas de base territorial. A maioria da informação estatística é disponibilizada ao nível do município constituindo um importante instrumento de análise para a administração local e para o conhecimento dos espaços de vivência quotidiana dos cidadãos.

A informação dos Anuários Estatísticos Regionais é disponibilizada através de sete publicações autónomas correspondentes a cada região NUTS II: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores (da responsabilidade do SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores) e Região Autónoma da Madeira (da responsabilidade da DRE – Direção Regional de Estatística da Madeira).

As publicações disponibilizam 212 quadros, organizados em quatro capítulos — O Território, A Atividade Económica, As Pessoas e O Estado — que abrangem 26 subcapítulos relativos às diversas áreas temáticas. No início de cada subcapítulo apresenta-se um conjunto de indicadores de síntese, visando a comparação do posicionamento relativo das diferentes unidades territoriais no contexto dos fenómenos retratados.
A título ilustrativo, apresenta-se um quadro do subcapítulo *Construção e Habitação*.

INDICADORES DA CONSTRUÇÃO E DA HABITAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2012

III.8.1

	Licenciamento de construções novas para habitação familiar					Conclusão de construções novas para habitação familiar				
	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões	Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões	Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas
	N.º			m²	N.º	N.º			m²	N.º
	2012				2010-2012	2012				2010-2012
Portugal	2,0	0,7	5,0	20,9	5,0	2,3	0,8	4,9	20,6	6,8
Continente	2,0	0,7	5,0	21,0	5,2	2,3	0,8	4,9	20,8	7,1
Norte	2,1	0,7	5,1	21,1	7,7	2,3	0,7	5,1	21,2	6,2
Minho-Lima	1,9	0,7	5,0	22,2	12,7	2,1	0,5	5,4	22,0	12,3
Arcos de Valdevez	1,8	0,5	5,4	25,4	12,6	1,9	0,6	5,3	21,5	8,0
Caminha	2,3	1,2	4,4	23,5	2,1	2,2	0,7	5,2	28,4	1,2
Melgaço	1,9	0,5	4,6	21,2	108,7	2,3	0,4	6,2	21,3	40,0
(...)										

© INE, I.P., Portugal, 2013. Informação disponível até 30 de setembro de 2013. Information available till 30th September, 2013.

Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Projetos de Obras de Edifícios e de Demolição de Edifícios e Estatísticas das Obras Concluídas.
Source: Statistics Portugal, Projects of Building Constructions and Demolitions Survey and Statistics on Construction Works Completed.

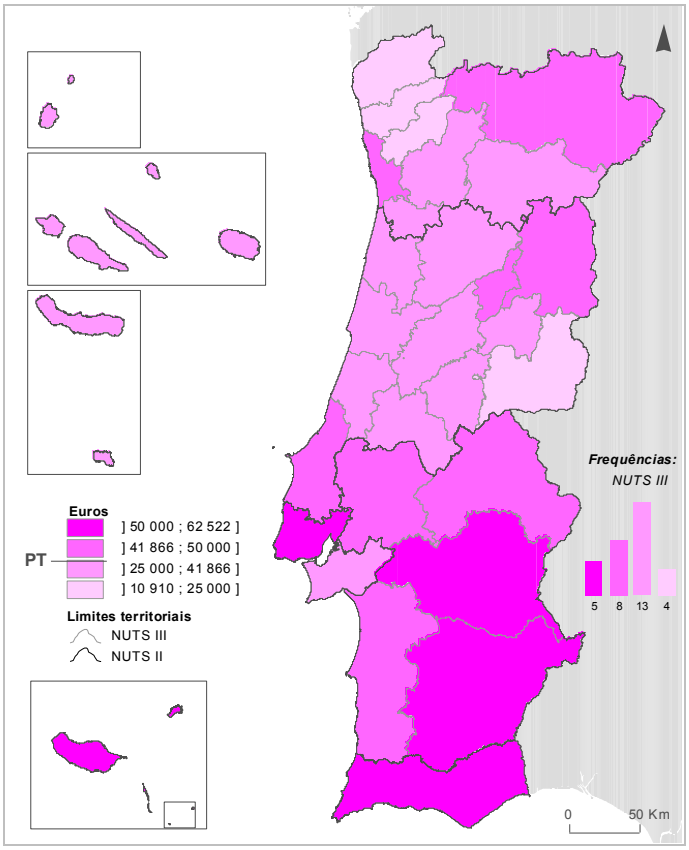
Nota: As rubricas "Conclusão de construções novas para habitação familiar" baseiam-se nas Estimativas das Obras Concluídas.
Note: The items "Completed new buildings for family housing" are based on Completed Works Estimations.

AMBIENTE

Em 2012, as despesas dos municípios portugueses em gestão e proteção do ambiente foram de 569 734 milhares de euros. Em particular, cerca de 77% deste valor destinou-se à gestão de resíduos. O valor médio nacional das despesas dos municípios em gestão de resíduos era, em 2012, de 41 866 euros por mil habitantes e representou uma diminuição de 3% face a 2011.

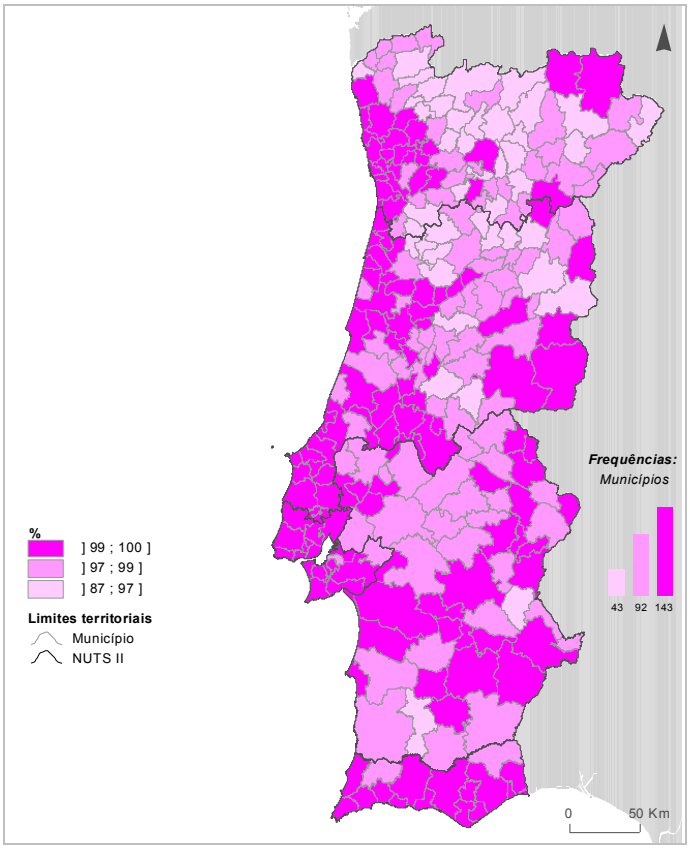
A Região Autónoma da Madeira, a Grande Lisboa, e as sub-regiões contíguas Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve foram as sub-regiões NUTS III a apresentar os valores mais elevados de despesas dos municípios em gestão de resíduos por mil habitantes. As sub-regiões com valores mais baixos neste indicador situavam-se na região Norte (Cávado: 16 213 euros, Minho-Lima: 23 242 e Ave: 23 620 euros) e no Centro (Beira Interior Sul, com 10 911 euros).

Despesas dos municípios em gestão de resíduos por mil habitantes, por NUTS III, 2012



As análises realizadas em 2012 à qualidade da água para consumo humano nos 278 municípios do Continente revelaram que, em mais de metade dos municípios continentais, o indicador de água segura (produto da percentagem de análises realizadas pela percentagem de análises em cumprimento dos valores paramétricos) era superior a 99%, sendo o valor do Continente de 98,1%. Os valores mais elevados registavam-se em praticamente todos os municípios do Litoral mas também em alguns municípios do Interior, nomeadamente nos das regiões Alentejo e Centro. Os municípios com os valores mais baixos neste indicador situavam-se sobretudo nas regiões Norte e Centro, verificando-se que, em apenas dois municípios, a percentagem de água segura não atingia os 90%: São João da Pesqueira (87,6%) e Vale de Cambra (89,6%).

Água segura, por município, 2012



POPULAÇÃO

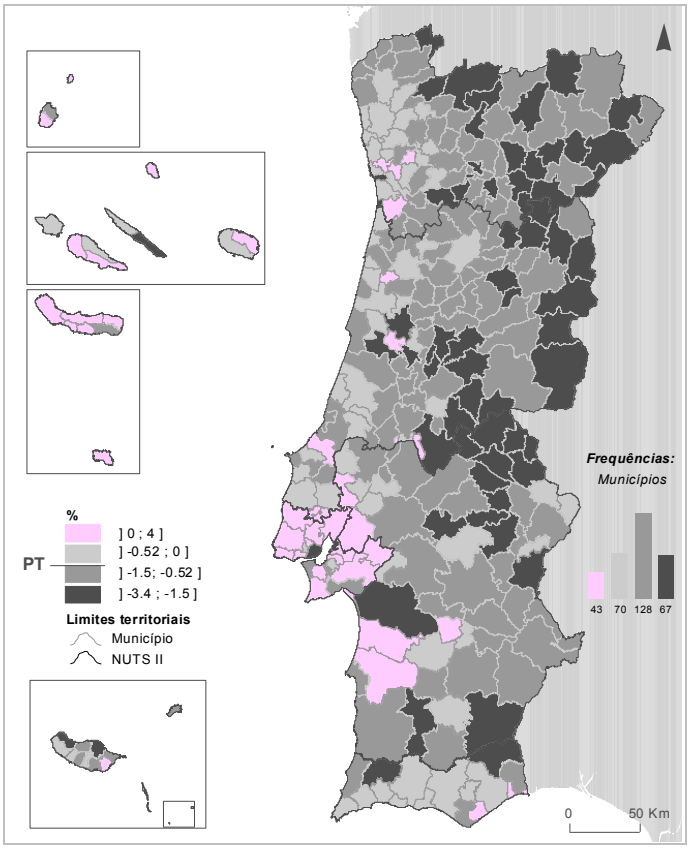
A população residente em Portugal, em 31 de dezembro de 2012 foi estimada em 10 487 289, o que significou uma diminuição de -0,52% face ao valor estimado para o ano anterior, acentuando a tendência negativa de crescimento populacional registada nos dois anos anteriores (-0,01%, entre 2009 e 2010, e -0,29%, entre 2010 e 2011).

Entre 2011 e 2012, a Região Autónoma dos Açores foi a única região NUTS II onde a população aumentou: 0,14%. O Alentejo e o Centro foram, por outro lado, as regiões com maior decréscimo populacional, com taxas de crescimento efetivo de -0,76% e -0,75%, respetivamente.

Apenas para 43 dos 308 municípios se estimou um crescimento da população. Trata-se de municípios maioritariamente localizados na Região Autónoma dos Açores e na região de Lisboa (12 municípios em cada região). Em particular, é de notar que na sub-região da Grande Lisboa a população aumentou em todos os municípios, com exceção do município de Lisboa (-2,47%) e da Amadora (-0,06%).

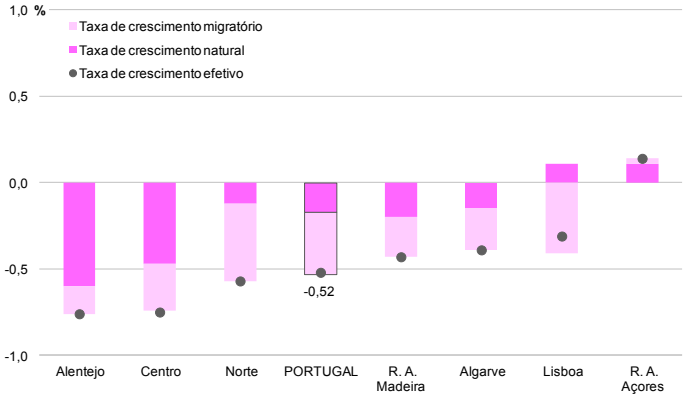
O decréscimo da população residente em Portugal entre 2011 e 2012 decorreu de taxas de crescimento negativas quer na componente natural (que reflete o acréscimo populacional resultante do saldo entre o número de nados-vivos e o número de óbitos), quer na componente migratória (que abrange migrações internas e internacionais), tendo o saldo migratório tido um contributo maior (taxa de crescimento de -0,36%) do que o saldo natural (-0,17%).

Taxa de crescimento efetivo da população residente, por município, 2011/2012



Em cinco das sete regiões NUTS II, tanto o saldo natural como o saldo migratório foram negativos. A taxa de crescimento migratório foi negativa em todas as regiões com exceção da Região Autónoma dos Açores. Tal como a Região Autónoma dos Açores, a região de Lisboa também registou um saldo natural positivo que, no entanto, não foi suficiente para compensar o saldo migratório negativo da região, implicando uma diminuição do efetivo populacional (-0,31%).

Taxa de crescimento da população residente e suas componentes, Portugal e NUTS II, 2011/2012

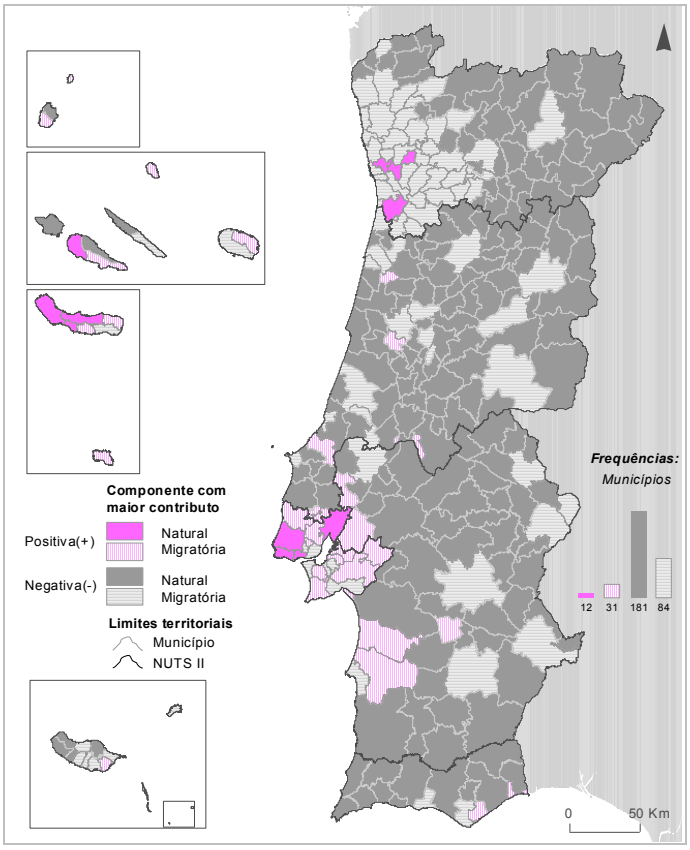


A decomposição da evolução da população entre 2011 e 2012 destaca a maior importância da componente natural para o decréscimo populacional em 181 dos 265 municípios em que ocorreu uma diminuição da população residente. Nos municípios da região Norte, verificou-se uma distinção entre o maior contributo da diminuição do saldo natural nos municípios do Interior, enquanto o saldo migratório negativo foi mais relevante nos municípios das sub-regiões do Litoral e das NUTS III contíguas.

Em apenas 12 dos 43 municípios do país que registaram um aumento populacional, o saldo natural positivo contribuiu mais fortemente para o aumento da população estimada, abrangendo três regiões NUTS II: Norte (Maia, Valongo, Paços de Ferreira e Santa Maria da Feira), Lisboa (Cascais, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira) e Região Autónoma dos Açores (Lagoa, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Madalena).

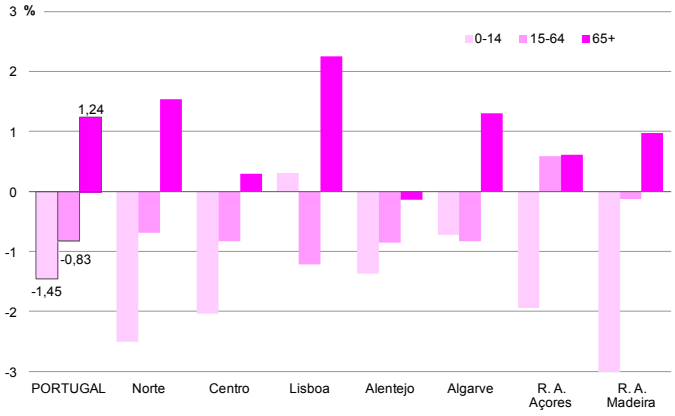
Os movimentos migratórios positivos contribuíram de forma mais relevante para o aumento da população em oito dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Decomposição da taxa de crescimento efetivo da população residente, por município, 2011/2012



Entre 2011 e 2012, a população residente em Portugal com idade entre os 15 e os 64 anos apresentou um decréscimo de -0,83%, enquanto a diminuição verificada na população jovem, até aos 14 anos, foi de -1,45%. Pelo contrário, a população com mais de 64 anos aumentou 1,24%, tendência que se registou em todas as regiões NUTS II com exceção do Alentejo que foi a única região em que a população diminuiu nos três grupos etários analisados. A população em idade ativa diminuiu mais fortemente em Lisboa (-1,21%), sendo esta a única região com um aumento da população jovem. A população residente entre os 15 e os 64 anos apenas aumentou na Região Autónoma dos Açores.

Taxa de crescimento da população residente por escalão etário, Portugal e NUTS II, 2011/2012

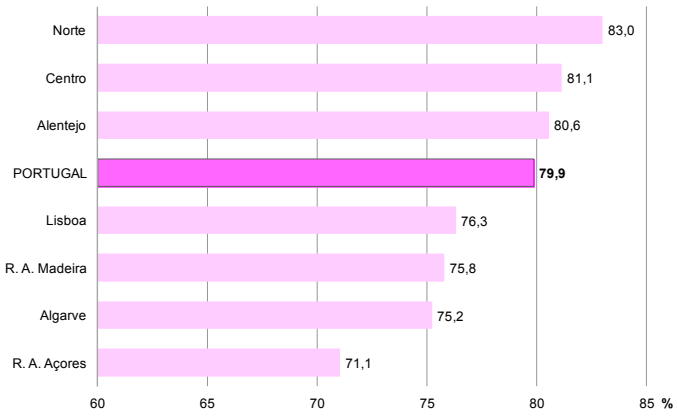


EDUCAÇÃO

Em Portugal, no ano letivo de 2011/2012, o número de alunas/os matriculadas/os no ensino secundário era de 411 238 e diminuiu cerca de 7% face ao ano letivo anterior.

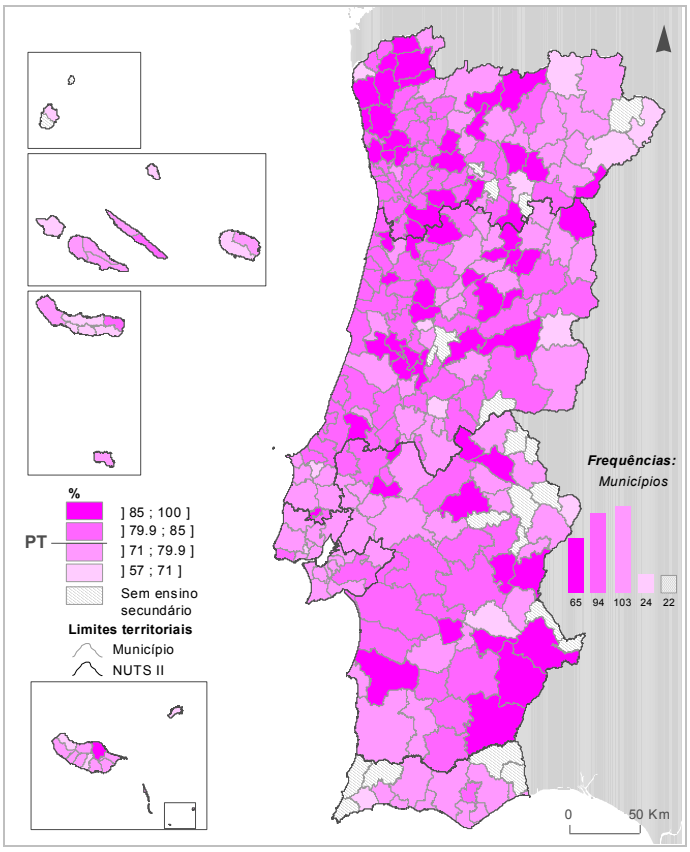
A taxa de transição/conclusão no ensino secundário situou-se, no ano letivo 2011/2012, em 79,9% (era de 79,2% no ano letivo anterior). As regiões Norte e Centro apresentavam maior nível de sucesso escolar no ensino secundário. As regiões autónomas e as regiões do Algarve e de Lisboa registavam valores inferiores à média nacional neste indicador.

Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, Portugal e NUTS II, ano letivo 2011/2012



A análise da taxa de transição/conclusão ao nível municipal sugere que os desempenhos mais favoráveis nas regiões Norte e Centro têm contudo disparidades internas, nomeadamente, com os municípios do Litoral da região Norte a apresentar valores mais elevados neste indicador. Os municípios de Lagoa (57,7%), Ribeira Grande (62,6%) e Povoação (65,0%) na Região Autónoma dos Açores, bem como Mogadouro (64,0%), no Alto Trás-os-Montes, e Porto Santo (64,9%), na Região Autónoma da Madeira, registavam as menores taxas de transição/conclusão no ensino secundário.

Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, por município, ano letivo 2011/2012

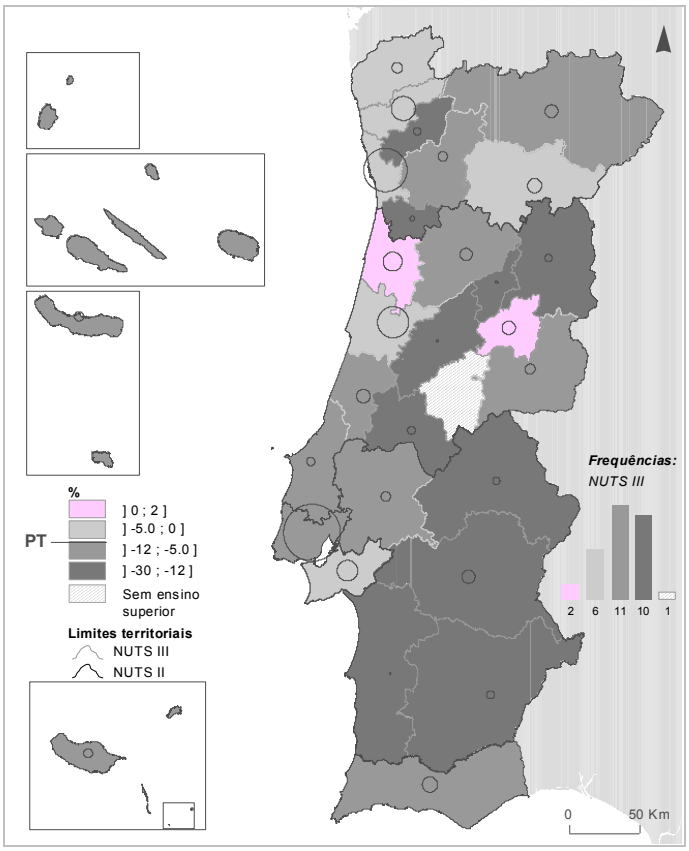


No que diz respeito ao ensino superior e considerando os dados relativos ao ano letivo de 2012/2013, verificou-se que o número de alunas/os inscritas/os foi de 370 587, dos quais cerca de 82% estavam inscritas/os no ensino superior público e 18% em estabelecimentos privados.

Face ao ano anterior, verificou-se uma diminuição de cerca de 5% no total de alunas/os inscritas/os, sendo esta variação mais elevada nos estabelecimentos privados (-14%) do que nos públicos (-3%).

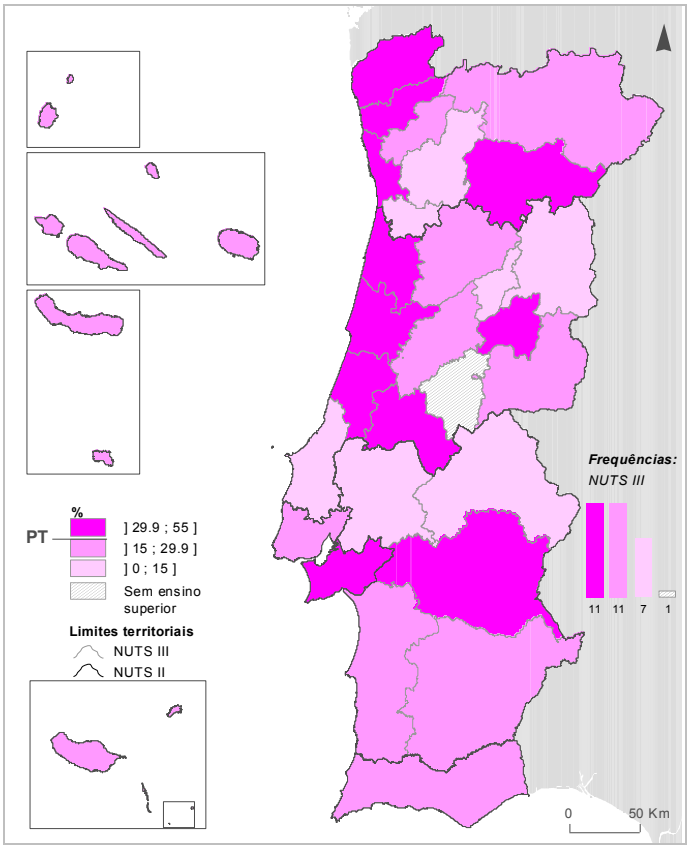
Em termos regionais, apenas em duas sub-regiões NUTS III (Baixo Vouga e Cova da Beira) se verificou um aumento do número de alunas/os inscritas/os no ensino superior. No restante território nacional houve menos inscritas/os, tendo esta variação sido mais expressiva na maior parte das regiões NUTS III do Alentejo, no Interior da região Centro e ainda no Ave e Entre Douro e Vouga (região Norte).

Alunas/os inscritas/os no ensino superior e Taxa de variação do número de alunas/os inscritas/os no ensino superior, por NUTS III, anos letivos 2012/2013 e 2011/2012



No ano letivo de 2012/2013, cerca de 29,9% do total de alunas/os do ensino superior estavam inscritas/os em áreas científicas e tecnológicas (C&T), representando uma proporção superior à verificada no ano letivo anterior (29,2%). Os estabelecimentos de ensino superior localizados na faixa Litoral das regiões Centro e Norte (em particular entre o Pinhal Litoral e o Minho-Lima) apresentavam uma proporção maior de alunas/os inscritas/os nestas áreas de formação, não obstante verificarem-se também valores elevados na Península de Setúbal (55% de inscritas/os em C&T) e no Alentejo Central (31%).

Proporção de inscritas/os em áreas C&T, por NUTS III, ano letivo 2012/2013



EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS

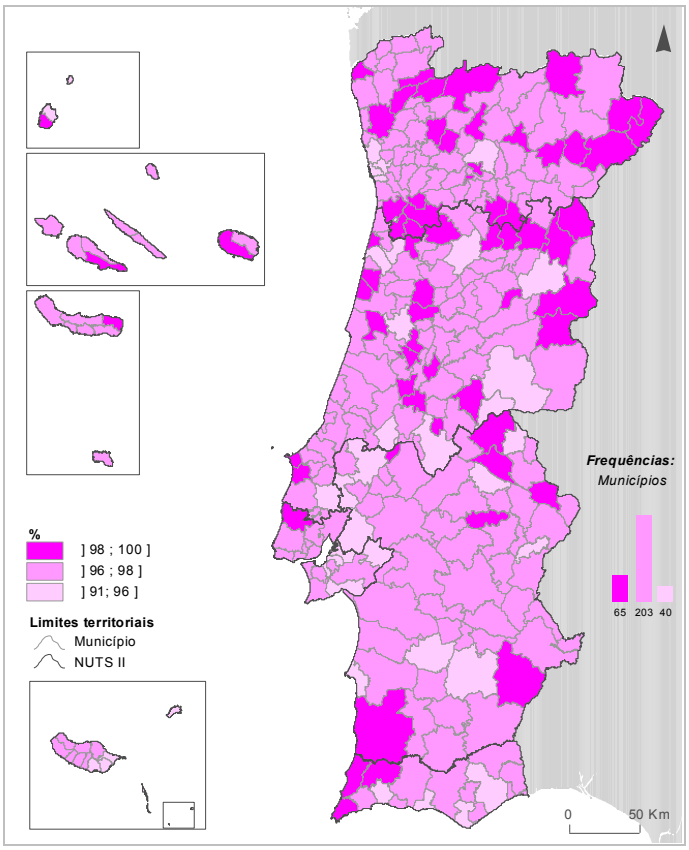
Em 2011, existiam em Portugal 1 112 milhares de empresas com 1 166 milhares de estabelecimentos localizados em território nacional.

A proporção de estabelecimentos cuja sede da empresa se situa no mesmo município revela que este indicador é muito elevado (acima de 90%) em todo o território

nacional o que resulta da elevada proporção de empresas com apenas um estabelecimento (sede).

A proporção de estabelecimentos cuja sede se situa no município era mais baixa em alguns municípios da Área Metropolitana do Porto (São João da Madeira, Maia, Matosinhos, Porto e Vila do Conde), em municípios capitais de distrito (Aveiro, Faro, Castelo Branco, Santarém, Vila Real, Coimbra, Viseu, Beja, Guarda, Setúbal e Funchal) e em municípios da Península de Setúbal e das regiões abrangidas pelo Vale do Tejo.

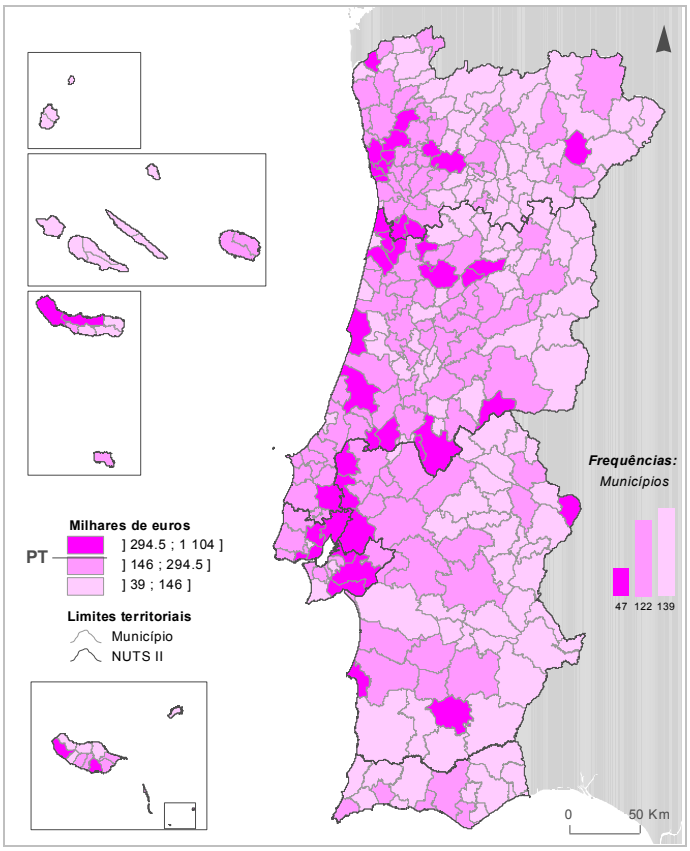
Proporção de estabelecimentos cuja sede da empresa se situa no município, 2011



Em 2011, os estabelecimentos localizados em Portugal geraram um volume de negócios de 343,3 mil milhões de euros, ou seja, em média, cada estabelecimento gerou cerca de 294,5 milhares de euros.

Em 47 dos 308 municípios, registaram-se valores acima da média do país. Os valores médios mais elevados de volume de negócios por estabelecimento verificaram-se nos municípios de Azambuja, Sines, Palmela, Alcanena e Castro Verde, todos com volumes de negócios por estabelecimento acima dos 800 mil euros.

Volume de negócios por estabelecimento, por município do estabelecimento, 2011

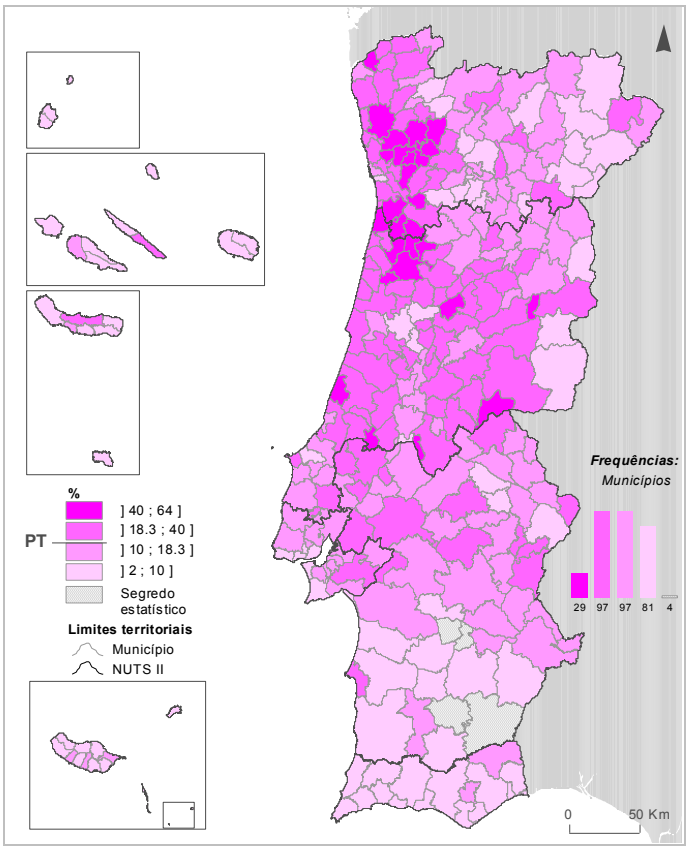


Os estabelecimentos da indústria transformadora representavam cerca de 7% to total de estabelecimentos do país e empregavam 18% do pessoal ao serviço.

O número de pessoas empregadas na indústria transformadora tinha maior importância relativa nas regiões Norte e Centro, respetivamente, 28% e 24% do emprego. Na região Norte, evidenciava-se um conjunto de municípios contíguos pertencendo às sub-regiões do Cávado, do Ave, do Tâmega e do Entre Douro e Vouga onde unidades das indústrias transformadoras tinham maior importância relativa no total do emprego, chegando a empregar mais de metade do pessoal ao serviço nos respetivos estabelecimentos: Felgueiras (64%), Vizela (63%), Vale de Cambra (59%), Oliveira de

Azeméis (58%), Paços de Ferreira (55%) e Guimarães (50%). Na região Centro, os municípios com maior proporção de emprego na indústria estavam mais dispersos no território, sendo de salientar Constância (59% de pessoal ao serviço empregado em estabelecimentos das indústrias transformadoras), Oliveira de Frades (55%) e Águeda (51%).

Proporção de pessoal ao serviço em estabelecimentos das indústrias transformadoras, por município, 2011



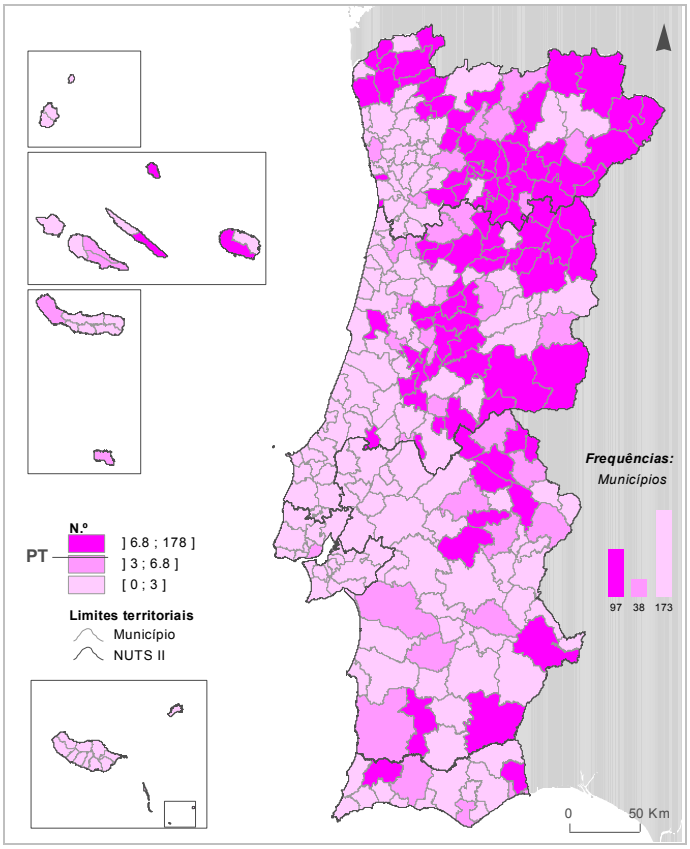
CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

No triénio 2010-2012, por cada 100 obras de construção nova para habitação familiar foram concluídas 6,8 reconstruções.

O Douro foi a sub-região NUTS III com mais reconstruções por 100 construções novas concluídas (26,8). No outro extremo, o contínuo territorial formado pelas sub-regiões Pinhal Litoral, Oeste, Lezíria do Tejo, Grande Lisboa e Península de Setúbal evidenciou menor intensidade de reconstruções face às construções novas concluídas.

A análise por município sugere que a transição de um modelo fundamentalmente assente na construção nova para um paradigma que valoriza a reconstrução do edificado foi mais evidente no Interior continental Norte e Centro. Entre os 97 municípios com um rácio acima da média nacional, destacam-se Vila Nova de Foz Côa e Góis por terem registado, naquele triénio, mais reconstruções do que construções novas.

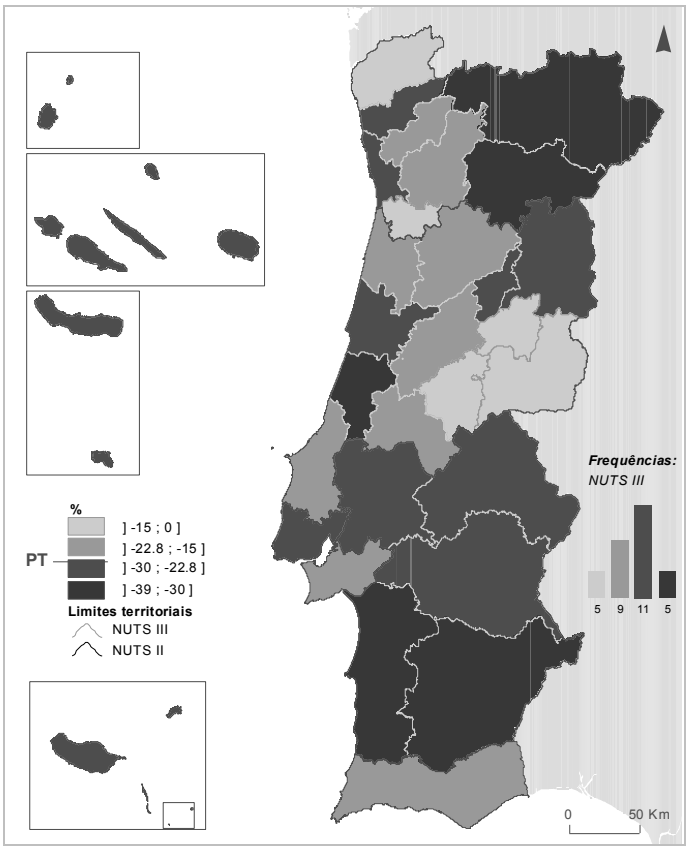
Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas, por município, 2010-2012



Em 2012, o valor dos prédios transacionados foi de 9,5 mil milhões de euros, em resultado de um decréscimo de 22,8% face ao ano anterior. O decréscimo foi mais acentuado nos prédios urbanos (-23,3%) ainda que o valor envolvido na transação de prédios rústicos e mistos também se tenha reduzido (-17% e -16%, respetivamente).

O sentido negativo da evolução registada estendeu-se às 30 sub-regiões NUTS III, com o Douro e o Alto Trás-os-Montes (no Norte), o Pinhal Litoral (no Centro), o Alentejo Litoral e o Baixo Alentejo a registarem reduções superiores a 30% face a 2011.

Taxa de variação do valor dos contratos de compra e venda de prédios, por município, 2011/2012



Não obstante a tendência generalizada de decréscimo do valor associado à transação de prédios, em 61 municípios verificou-se um aumento do montante envolvido.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

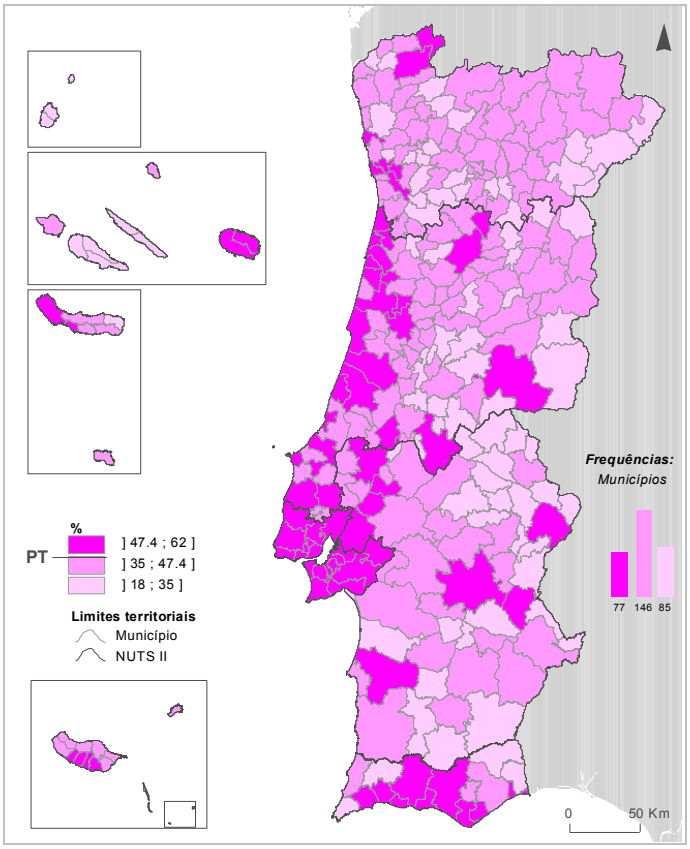
A taxa de abstenção das eleições autárquicas realizadas em Portugal a 29 de setembro de 2013 foi de 47,4% para o total do país relativamente aos três órgãos autárquicos (Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia), ficando acima do valor registado nas últimas eleições autárquicas, realizadas em 2009: 41%.

No que respeita à eleição para as Câmaras Municipais, a região de Lisboa (57%), a região do Algarve (52%) e a Região Autónoma da Madeira (48%) foram as únicas NUTS II com taxas de abstenção acima da média nacional, apresentando as regiões Norte e Alentejo, o maior nível de participação eleitoral, com uma taxa de abstenção de 42%.

No Litoral da região Centro, em toda a região de Lisboa, no Algarve e na Região Autónoma da Madeira situavam-se alguns dos municípios com maior taxa de abstenção, salientando-se os valores acima de 60% registados exclusivamente em municípios da Área Metropolitana de Lisboa: Sesimbra (62,2%), Cascais (62,0%), Palmela (61,5%), Setúbal (61,3%) e Seixal (61,1%).

O Alentejo e a Região Autónoma dos Açores concentravam os valores mais baixos neste indicador: Lajes das Flores (18,0%), Arronches (18,6%), Barrancos (21,9%), Cuba (22,6%) e Alandroal (22,8%).

Taxa de abstenção na eleição para as Câmaras Municipais, por município, 2013



www.ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - Tel: +351 21.842.61.00 - sci@ine.pt